



DL-01

Ses. Esp. 09/12/13

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, proposta pelos deputados Carlos Brasileiro e Yulo Oiticica.

Convido para compor a Mesa meu querido amigo, proponente da sessão, deputado Carlos Brasileiro; meu querido vice-presidente desta Casa, deputado Yulo Oiticica; (Palmas) Convido o Sr. Superintendente dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Alexandre Baroni; (Palmas) Convido o Sr. Presidente da Federação das APAEs (Feapae), Derval Freire Evangelista; a Srª Presidente da Associação Baiana de Deficientes Físicos (Abadef), Maria Luiza Costa Câmara; (Palmas); o Sr. Presidente da Associação Baiana de Cegos (ABC), João Bosco Dias Santa Rosa; a Srª Presidente da Associação de Familiares e Amigos de Gente Autista (AFAGA), Mariene Martins Maciel; (Palmas.) a Srª Coordenadora Cátia Maria Maciel Rocha, representante da coordenadora na Proteção Social Básica, Rosemeire Teixeira, convido a Srª Coordenadora de Educação Especial da Secretaria da Educação, Patrícia Silva de Jesus; e convido a Srª Presidente da APAE, Maria do Carmo Moraes.

Tendo em vista compromissos assumidos anteriormente, gostaria de passar a presidência dos trabalhos ao vice-presidente desta Casa, meu querido amigo, deputado Yulo Oiticica, que conduzirá a partir deste momento esta sessão especial.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Gostaria de convidar para presidir esta sessão o também proponente, o nosso deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Senhoras e senhores, bom-dia, prosseguindo os nossos trabalhos, assistiremos agora à apresentação musical de João Alves Souza Filho, com a música *Um Violeiro Toca*, de Renato Teixeira.

O Sr. João Souza:- Enquanto resolvemos aqui o problema técnico, bom-dia a todos e a todas, sou João Souza, fico grato em poder vir a esta Casa o trabalho da pessoa com



deficiência - no meu caso, o trabalho artístico - e aproveitar igualmente a oportunidade para representar também aqui a música caipira produzida na Bahia.

(Apresentação musical.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Ouvimos João Alves com essa belíssima interpretação, mostrando que as pessoas são capazes, são exemplos vivos e motivadores de uma sociedade que, infelizmente, ainda é muito preconceituosa e descuidada com os portadores de deficiência.

Quero chamar também para esta Mesa a Sra. Maria das Graças Torres, auditora fiscal do trabalho, representando a superintendente regional do Trabalho.

Quero registrar a presença da deputada Neusa Cadore, essa militante também das causas sociais

Esta sessão muito nos honra, a mim e ao deputado Yulo, que tem também uma vida extremamente dedicada a esta causa. Quero, então, convidar o deputado Yulo a fazer uso da tribuna.



7809-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Yulo Oiticica

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Bom dia a todos e a todas, é um prazer tê-los aqui neste dia tão importante para o mundo. Certamente não trataremos aqui da grande deficiência do ser humano, senão iríamos tratar ainda do individualismo, do egoísmo, do preconceito, dos corações duros, marcas do ser humano, como grandes deficiências da humanidade. Vamos tratar aqui do dia internacional dedicado aos deficientes. Nesse sentido, tanto eu quanto o deputado Carlos Brasileiro, ambos proponentes desta sessão. Temos como tarefa central fazer com que o Poder Legislativo baiano exerça verdadeiramente sua função, quando trata da garantia de direitos, que tantas vezes ainda são negados.

Nós podemos facilmente identificar que essa luta acabou crescendo, diferentemente de tantas outras, muito mais no âmbito internacional do que neste chão em que pisamos. Foi exatamente na ONU que nasceu o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. Não foi diferente com o programa mundial, não foi diferente também a declaração internacional a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Talvez o fato mais importante seja a convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e o trabalho internacional sobre direitos humanos que deu origem ao relatório mundial, que nos leva a perceber que essa é a realidade ainda de um bilhão de pessoas no mundo. Portanto não estamos falando de uma minoria, mas estamos falando de 15% da população mundial que tem algum tipo de deficiência física.

Portanto a declaração universal dos direitos humanos só é importante se tem impacto na política de Estado de cada nação. Isso é fundamental, e esse é o assunto central de que estamos tratando. Não podemos conceber que algo tão fundamental, porque é um direito mínimo... E, aí, Maria Luiza, é incrível, pois todas as vezes quero trazê-la aqui como uma referência dessa luta. Alguém que tem como marca não só a ousadia de viver, já que os médicos diziam que você estaria entre nós só até os 40 anos, e você já passou disso há muito



tempo, em que pese ter envelhido muito pouco. A Maria Luiza é uma dessas referências, que faz da sua militância sinônimo de eficiência, longe de ser outra coisa, e ensina a todos nós.

Mas todas as vezes que nós, e o deputado Carlos Brasileiro se deparou com isso nesses dias, assim como eu, falamos para os órgãos de comunicação dos nossos projetos, as pessoas imediatamente dizem: Não tem isso? Ainda não existe isso? Por exemplo, a identidade em braile, há um projeto meu e do deputado Carlos Brasileiro que trata disso. Outro: que as cédulas sejam também em braile. Ou seja, cada um de nós que não deficiente visual sai de sua casa com seus documentos. E um deficiente visual não sabe nem se é o documento dele, aquele que pegou, porque não pode fazer a leitura em braile. Outro projeto que há nesta Casa: livros em braile nas bibliotecas, tão fundamentais. Também, há um projeto nesta Casa, de minha autoria, para que os editais dos concursos públicos sejam produzidos em braile.

Bem, estamos falando do acesso mínimo, de direitos mínimos, de coisas que – para nós que não portamos nenhum tipo de deficiência física – consideramos que nem precisam de briga, porque achamos que já existem.

Então, essa invisibilidade de uma quantidade gigantesca de seres humanos – não só de brasileiros, como eu disse, mas de 15% da população mundial – não pode mais passar despercebida.

É nesse sentido que esta Casa tem um papel fundamental. Não podemos tratar de projetos como este como sendo de fulano ou beltrano ou partido A ou partido B ou governo ou oposição. Não podemos ter essa lógica.

Lembramos o velho cientista Karl Marx que dizia que, infelizmente, a gente coisifica as pessoas em detrimento do lucro. A gente humaniza o mercado ao afirmar que ele está tenso ou nervoso. Ora, devemos ter muito cuidado com o mercado e muito cuidado com a lógica do lucro.

Exatamente por isso tanto discutimos e não aprovamos, nesta Casa, o projeto que está aqui desde 1991 e trata da gratuidade em ônibus intermunicipais. Foi ao Plenário algumas vezes. Claro, alguns deputados, muito preocupados com o lucro das grandes empresas de ônibus, negaram-se a colocar em pauta e o mesmo foi retirado de pauta sem a



coragem de dizer: “Não, não voto a favor deste projeto. Não quero este projeto. Não gosto deste projeto.”

Então, a nossa democracia representativa ainda é muito pobre porque não possibilita o controle social verdadeiramente como deveria acontecer. Não possibilita a transparência. Estou falando da Assembleia Legislativa.

Imagine que fizemos, na semana passada, uma sessão especial. Eu e os deputados Neusa Cadore e Carlos Brasileiro lembramos que vivemos, intensamente, esta labuta. Havia a Pastoral da Criança como uma parceira no direito da criança, sobretudo no combate à mortalidade infantil. Fizemos uma sessão especial para comemorar o aniversário de 30 anos no Brasil e 27 anos na Bahia da Pastoral da Criança.

E como não havia nenhum outro deputado no Plenário no momento, só eu estava aqui, quando fui utilizar a tribuna, passei a Presidência dos trabalhos para um legislador, um ex-vereador de Feira de Santana, segunda cidade da Bahia, uma liderança do movimento social. E um deputado se ofendeu e me disse que aquilo era um absurdo.

Ora, a Casa do povo não pode permitir que o povo se sente nas cadeiras daqui?! Vergonha foi: não estarem presentes os 63 deputados, em sua totalidade, refletindo o papel importante da Pastoral da Criança que, hoje, se reproduz em 22 países como referência e orgulho do Brasil.

E, aí, deputado Carlos Brasileiro, nós nos deparamos com esta Casa ainda pesada e burocrática que comete o pecado mortal quando reproduz o que a sociedade faz. Em sua deficiência visual, a Casa não identifica esta população tão importante; ou, talvez, em sua deficiência de visão social, essa visão, ainda da sociedade brasileira, ainda da Assembleia Legislativa, deixa muito a desejar.

Portanto, o dia de hoje, Maria Luiza, é para que nos inspiremos em seu caminhar, em sua trajetória e, mais ainda, em sua velocidade. Estamos falando da necessidade desses direitos ainda no século XXI, pois muitos de nós estamos preocupados em não extinguir as tartarugas, as baleias, em cuidar de nossos cachorros e de nossos gatos.

Na semana passada, na Internet, um fato, certamente, chocou a muitos de nós. Uma senhora abandona uma cachorrinha e vai embora. E a cachorrinha, desesperada, corre atrás



dela. Aquilo, naturalmente, choca toda a população brasileira. Continuemos olhando os cachorrinhos! Mas, por favor, mais atenção para os seres humanos.

Este é o momento em que cada um de nós deve permitir que o Menino Jesus nasça em nossas casas mais uma vez para que possamos reproduzir uma sociedade que segue alguém que disse que era possível um reino de paz, solidariedade e preocupação com o outro.

E, aí, nós, deputados, inspirados em Jesus, se a nós cabe anunciar a boa nova, um reino de paz e justiça, também é fundamental ter a mesma coragem que Jesus teve de denunciar o reino de morte, o reino de exclusão. E é nesse sentido que eu quero dizer a cada uma de vocês: parabéns pela luta de cada um, parabéns pela coragem de cada um, de não vacilar, de não deixar de caminhar, de não deixar com que algumas deficiências físicas se transformem na deficiência humana da acomodação. Que Deus inspire cada um de nós, não só para que a gente possa se desejar e desejar ao outro um Feliz Natal, mas, mais do que isso, que a gente possa, verdadeiramente, ser sujeito da construção de uma sociedade de homens e mulheres, de seres humanos iguais.

Não à indiferença, sim à responsabilidade social, à responsabilidade humana. E é nesse sentido que só teremos, verdadeiramente, um Feliz Natal quando tivermos uma sociedade feliz com os seus direitos. E aos deputados desta Casa mais responsabilidade, mais carinho, mais determinação no que cada um de nós se propõe quando deseja vir a esta Casa efetivar políticas públicas.

Quero, como gesto concreto, deputado Carlos Brasileiro, propor a V.Ex^a que nós, ainda antes do Natal, peguemos todos os projetos que têm a ver com esse tema e traga, num combinado com os Líderes da Minoria e da Maioria, a Plenário desta Casa, para que os deputados tenham a responsabilidade e a coragem de dizer sim ou dizer não, porque a transparência tem que ser a palavra de ordem da democracia representativa, da democracia pujante desse Brasil, da democracia e do Estado que ainda está em curso e só será materializado com muita coragem, determinação e responsabilidade.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



7810-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Maria Luiza Costa Câmara

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Agradecemos a fala brilhante do deputado Yulo Oiticica, sempre firme nas suas colocações com muito conhecimento, com balizamento, o que respira não só como deputado, mas acredito como cidadão, nesta causa, sempre buscando algo melhor para que as diferenças e as distâncias sejam cada vez mais diminuídas.

Chamo agora para fazer uso da palavra a senhora Maria Luiza Costa Câmara, presidente da Associação Baiana de Deficientes Físicos – Abadef.

A Sr^a MARIA LUIZA COSTA CÂMERA:- Bom-dia a todos e a todas presentes nesta sessão especial em comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

Quando eu sentei aqui, que foi a primeira vez, deputado Yulo, muito obrigada pelas palavras afetuosas, primeira vez que eu ocupo esta Mesa principal aqui da Assembleia, e eu fiquei olhando a nave ali, no painel, e dizendo assim: desde 1988, quando eu vinha para cá para as discussões com Amábilia Almeida – tenho todas as fotos, um memorial maravilhoso – para discutir a Constituição da Bahia, tinha sido promulgada a Constituição Brasileira e depois a nossa, a Constituição Brasileira foi em 1988 e dois anos depois foi a daqui, eu tenho até o exemplar autografado por Waldir Pires, ele era deputado à época. Pois bem, eu estava olhando ali para a nave e dizendo assim: bem que eu podia estar ali com a minha cadeirinha de rodas, de tanto que eu já entrei aqui, que eu já vi deputados e governadores.

Esse discurso do deputado Yulo foi muito pertinente. Neusa Cadore, nossa amiga, parceira, que também tem uma profunda ligação com a causa, já viajei com ela para mostrar, às vezes, as pessoas do interior sobre esse esquecimento com a nossa causa.

E diria que, a não ser os proponentes da pauta, o deputado Carlos Brasileiro, a quem nós agradecemos, também a Yulo e à Neusa, são 63 deputados, e não tem mais nenhum deputado presente na Casa, aqui na plenária. É lamentável, por ser uma causa tão



importante. Somos quase 600 mil pessoas em Salvador, aproximadamente, 3 milhões na Bahia, porque somos 23% da população de qualquer estado ou município brasileiro.

Infelizmente, estamos aqui com nós mesmos, como nada sobre nós, sem nós. Agradecemos a presença de todas as entidades aqui representadas, dos guerreiros participantes, das pessoas que, como já sabemos, levantarão essa bandeira, sempre vestirão essa camisa.

Senhores Deputados, quero contar um pouco da nossa luta no Brasil. Em 1975 fui acometida por uma doença estranha na gravidez da minha primeira filha, e fui a Brasília em busca de tratamento no Hospital Sara. E lá, em Brasília, na enfermaria de mulheres – funciona até hoje como hospital todo administrado pelo SUS, como o Dr. Campos da Paz faz questão de frisar, o maior hospital do Brasil, o que mais respeita a população, até as pessoas que têm poder aquisitivo alto acabam indo para lá por causa da eficiência e da tecnologia de ponta desse hospital –, deparei-me com a situação das pessoas com deficiência, 16 mulheres e 16 homens nas enfermarias. Um universo que eu não conhecia.

Uma noite, um homem tentou se enforcar com o lençol. Eu gritei a enfermeira, porque tive a curiosidade de saber o motivo que o levou a fazer aquilo – é muito interessante essa história –, ela me disse: “ Não sei, não, os colegas disseram que ele soube que não será mais viril.”

Aquilo entrou na minha mente. Eu pensava como as pessoas viviam analisando quais as partes do seu organismo que funcionava ou não funcionava, e qual o valor que elas têm no seu caráter, na sua dignidade, da sua essência, na sua individualidade e na sua liberdade.

Fiquei a noite toda sem dormir, escrevendo algumas coisas. Na visita médica, no outro dia, questionei ao diretor sobre o que havia acontecido no hospital, porque não tinha achado tudo normal. Ele me disse: “ Lógico, sou o diretor deste hospital.” Eu lhe perguntei o que iria fazer. Ele me respondeu, usando o seu lado humano: “Estou tão atordoado quanto você. Você tem alguma ideia?”Eu disse que tinha várias, mas a primeira coisa era conhecer aquelas pessoas, elaborar um questionário. Ele disse: “Passe na minha sala à tarde.” Adiei a conversa por três dias, para poder conversar com as pessoas.



Dessa forma, fundamos o primeiro movimento nos pátios do Hospital Sara Kubitschek. Como o próprio diretor tinha interesse, contratou inicialmente três pessoas para trabalharem, quando já estavam aptas, fazendo fisioterapia pela manhã e trabalhando à tarde.

Apaixonei-me tanto por essa causa da qual não sabia nada. Passei a estudar as doenças que causam deficiências, as síndromes, as causas sociais, a fome, a pólio – já foi erradicada, mas na época em que apareceu foi a que mais causou deficiência nas pessoas, nas crianças. – Como eu estava interessada nessa causa, comecei a questionar a liberdade.

Um dia eu li no jornal sobre um *show* dos Doces Bárbaros, com Caetano, Gal, Maria Betânia, Gilberto Gil, no ginásio. Fui ao diretor, porque todos queriam ir, e propus que saíssemos. Ele chamou as assistentes sociais, fez um grupo de pessoas que podiam sair. Fomos em duas Kombis. Quando chegamos lá havia uma escada. Foi a primeira vez que me deparei com uma escada usando cadeira de rodas. Perguntei à assistente social o que iríamos fazer? Ela disse: “ Não sei, vamos andar por aí, para ver se dá um jeito.” Saí com a cadeira com uma delas. Havia uma rampa, dessas de subsolo, com alguns carros pretos descendo. Aí eu disse assim: “Vamos ali falar com a repórter porque eu quero saber como é que desce ali para pedir.” quando chegamos lá – eu sempre fui assim muito guerreira, muito entusiasta, em nada eu costumo colocar obstáculo, eu vou tentando até o fim. Mesmo que as nossas vitórias não sejam totais, muitas aconteceram e transformaram a minha vida.

Quando cheguei no local, veio um segurança e disse: “Aqui vocês não podem descer.” Eu disse: “Por quê?”, e ele respondeu: “Porque aqui é só para as autoridade.” Havia uma repórter com aquelas máquinas imensas de antigamente e eu falei: “Vem cá, moça, deixe eu fazer uma matéria aí no jornal.”, ela disse: “Eu não posso, Figueiredo está chegando.” Foi em 1981, era o presidente. Eu falei assim: “Mas nem uma frase?” Eu tenho isso, o jornal plastificado lá em casa, uma página inteira. Ela disse: “Você tem 30 segundos para falar.” Eu falei: “Nós somos autoridades em dificuldade.” Até hoje esse é o nosso maior título. Eu queria ter assim uma faixa em todos os cômodos, em todos os lugares que eu fosse e que tivesse uma sessão dessa, porque foi a maior verdade que já brotou de dentro de mim.

O Brasil é signatário da convenção da ONU. O projeto 5.296/2004, do presidente Lula, que vai completar 10 anos agora, em 2014, diz que toda frota de ônibus deverá estar



100% acessível, que todos os prédios públicos deverão ter acessibilidade para circulação das pessoas com deficiência. E até hoje não vimos nada disso acontecer. A cidade do Salvador é totalmente despreparada para as pessoas com deficiência, está com as ruas e calçadas totalmente danificadas; o desrespeito; a questão da barreira atitudinal. Ainda esbarro com pessoas perguntando se quem está comigo pode escrever, porque se eu escrevo é o correto, quando você não sabe, você pergunta; o que é que eu quero comer; bote ela ali no cantinho, afaste a cadeira daqui.

Ocorreu o fato que uma moça no elevador panorâmico do shopping Barra tropeçou no pé da minha cadeira de rodas e quase caiu se a ascensorista não segurasse ela. Aí eu falei assim: “a senhora se machucou?” ela disse: “eu não lhe vi.” Quer dizer, invisível, né? A cadeira de rodas imensa comigo, ela disse que não me viu, que tropeçou porque não me viu. Acho que ela deve ter achado que a culpa dela ter caído deve ter sido minha.

Então eu tenho fatos, tenho histórias. Todos os companheiros de luta aqui já sabem as nossas reivindicações.

As crianças com deficiência, as pessoas com deficiência, são muito mais vulneráveis do que as outras pessoas. As crianças sofrem estupro, sofrem violência doméstica, de pai, de mãe, de professora, porque têm dificuldade de se defender. 68% estão fora da escola; 36% são analfabetas. O HGE está aí com um índice de 60% dos leitos ocupados por acidentes de trânsito e violência doméstica. Então é uma situação aterrorizante. O mundo está muito conturbado. As pessoas não repeitam mais o outro. E eu acredito que a questão da legislação, essa os deputados conhecem porque aqui é a Casa das Leis.

Sou militante também do Movimento de Mulheres. Ocorreu, agora, um fórum de mulheres com deficiência em Brasília no qual estava presente a nossa companheira Maria da Penha. Os deputados Carlos Brasileiro, Yulo e Neusa Cadore deveriam convidar a Maria da Penha para vir aqui, ela se mostra disponível.

Quero deixar um abraço e desejar a todos um feliz Natal em família, porque na sociedade está difícil de repetirmos essa palavra feliz. Que busquemos um pouco a comunhão de todos os seres na construção de uma sociedade mais justa e mais humana e de relações sociais mais amigáveis.



Era isso que eu queria desejar a todos e desejar um grande abraço, porque eu tenho um compromisso agora pela manhã também de ordem de trabalho.

Todos já conhecem, mas gosto de registrar essas minhas histórias. Tem os meus livros “Não se Cria Filho com as Pernas” e “Mulher da Vida”, onde retrato a minha gravidez, como fiquei com deficiência. E as metas da ONU, na época, foram sete metas para os governos trabalharem e “Mulher da Vida”, porque abracei a vida e não a deficiência.

Até logo para vocês todos. Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



7811-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Mariene Martins Maciel

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito bem, nós é que agradecemos, Sr^a Maria Luiza Costa Câmara, pelo seu pronunciamento.

Convidamos agora a Sr^a Mariene Martins Maciel, presidente da Associação dos Familiares e Amigos de Gente Autista.

Convido para fazer parte da Mesa a Sr^a Márcia Lemos, vice-presidente da Associação Educacional de Sons no Silêncio – AESOS.

A Sr^a MARIENE MARTINS MACIEL:- Bom-dia a todos e a todas. Em primeiro lugar, quero agradecer aos ilustríssimos deputados e companheiros Yulo Oiticica e Carlos Brasileiro por convocarem esta sessão num dia tão importante e lamentar a ausência dos demais. A Casa possui 63 deputados e só temos três presentes, e os três são do Partido dos Trabalhadores.

Queria colocar que vemos a questão da importância da invisibilidade da deficiência. Estou na Mesa com Luiza, com Graça, do Ministério do Trabalho; todos os companheiros de luta da pessoa com deficiência, Maria do Carmo, Patrícia, que está entrando no movimento; Bosco, da ABC; a Federação das APAE's, e lamentamos que só vemos no Plenário gestores que são muito comprometidos com a pessoa com deficiência e representantes do movimento. Para o resto da sociedade é muito fácil invisibilizar. Por que a ONU coloca o termo pessoa com deficiência? Para dizer: “Eu sou uma pessoa. Eu existo.” Porque temos dó do cachorrinho, porque a gente se afeiçoa a ele, está próximo. Aí quando colocamos excepcional, especial, não faz parte da raça humana, não é pessoa. Então, a pessoa com deficiência é a pessoa com autismo. E a gente só aceita aquilo que nos é semelhante. Então, tem que ser pessoa com deficiência para ser gente, como a ONU define, é o mesmo DNA, é a mesma raça. Então, não é o deficiente, não é o especial, não é o excepcional.



Como estava colocando, é de se lamentar essa situação. Sei que tivemos alguns avanços nesta Casa como a aprovação, depois de anos e anos, da Lei do Passe, da Lei do Coede, que acho que precisa ser reformulada, mas aprovamos uma lei mais avançada. Estava falando de partidos, do Partido dos Trabalhadores, que tem aqui três deputados, os dois convocantes mais a companheira Neusa Cadore. E lamento muito, porque de todos os partidos que conheço só um sei que tem um setorial que luta pela pessoa com deficiência, que é o Partido dos Trabalhadores. Acho que temos mais de 30 partidos no Brasil. Então, a deficiência começa daí. Existe o departamento de mulheres, da juventude, às vezes até LGBT. E estou falando aqui dos nossos partidos de esquerda, como o PCdoB, PSB, da nossa linha de atuação. É lamentável não termos nesses partidos nenhum setorial, o único que tem aqui na Bahia é o Partido dos Trabalhadores, temos um setorial de pessoas com deficiência. Então, como é que elegemos um parlamentar que vem de um partido que não tem um comprometimento com a causa?

Temos que começar a forçar, quem milita em outros partidos tem que começar a perguntar cadê o setorial, cadê o departamento que lida com as políticas para a pessoa com deficiência? Nós, como militantes, pessoas da sociedade civil que temos algum engajamento com partidos políticos, seja lá qual for, temos que cobrar para que tenha no seu estatuto, no seu regimento, um setor para pessoas com deficiência, como tem para mulheres e para outros segmentos.

O Sr. Outros partidos também têm, o PSC tem.

A Sr^a MARIENE MARTINS MACIEL:- Acompanhei a criação do PSC e sei como foi, nesse caso eu acompanhei bem, companheiros meus que tentaram e eu sei o por que da criação. Parabenizo o grupo que tentou criar o PSC.

Acho que não deve dividir o movimento. O movimento tem que ser único para todos, mas hoje em dia pensamos muito que é difícil não só para a pessoa com deficiência como qualquer cidadão se locomover em cidades que são inacessíveis para o idoso, para a gestante, para alguém que quebrou o pé ou que machucou. Quando a gente pede um desenho universal, uma cidade universal é para todos, não é só para a pessoa que está com deficiência, mas para todos os cidadãos, essa cidade é boa para todos. O pessoal envolvido na



luta há mais tempo é o cego, que é uma pessoa com deficiência física, eles têm dentro da nossa total invisibilidade – é só ver uma sessão como essa, da nossa total invisibilidade - eles ainda têm um pouco de visibilidade. Represento o setor e a Maria do Carmo também, não é choramingando, mas a gente conseguiu algumas conquistas para a pessoa com autismo e para a pessoa com deficiência intelectual.

Então, para a sociedade eles nem existem. A ONU criou o Dia Internacional do Autista, em 2008. Agora se começa a fazer alguma coisa, mas praticamente são segmentos que não existem. Quando você vai lidar com a escola, a creche é o local por onde você começa a inclusão na sociedade. Você só vai fazer um trabalho de inclusão se conseguir juntar essas crianças com as outras, a partir da creche, porque aí eu não vou estranhar mais, vou vê-lo como um semelhante meu porque convivi desde que eu era bebê. Não adianta a gente lutar por políticas só – não estou desprezando o mercado de trabalho, hoje temos que lutar - mas se a gente não pôr o pé na escola, a creche tem que ser inclusiva para todos.

Estive num evento do MEC quinta e sexta-feira, em Recife, que foi muito gratificante. Foi o terceiro prêmio de educação inclusiva em que se premiou gestores e escolas para a educação infantil. Há um dado preocupante: dos 5 mil e poucos municípios do Brasil, nem 2 mil ainda estão com inclusão total no ensino infantil. A nossa luta é para que a gente chegue no final do governo Dilma com todos os municípios com inclusão no ensino infantil, que é a base de tudo, você vai ver o outro como um cidadão igual e que a inclusão continue. Nunca vimos uma oportunidade tão profunda para o nosso movimento, para a sociedade civil como nesses 10 anos de um governo do campo progressista, e que continuemos por mais 50.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)



DL-02

Ses. Esp. 09/12/13

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Quero, mais uma vez, chamar para fazer parte da Mesa, a Sr^a Márcia Lemas, vice-presidente da Associação Educacional Sons e Silêncio, AESOS; da Sr^a Adriana Bispo da Silva, representante do Conselho Estadual de Direitos para pessoas com deficiência, uma vez que o secretário Almiro, infelizmente, não pode estar presente.

Antes de chamar o próximo orador, quero fazer alguns registros e agradecer pelas presenças o Sr. Newton Bezerra Filho, presidente do Centro de Estudos Culturais e Linguística dos Surdos; Pedro Ivo, colaborador da Afaga, entidade de Amargosa; Sr. Joaquim Laranjeira, do Projeto Cidadão Participativo; Grupo de Amigos dos Deficientes, Idosos, Crianças e Adolescentes; Júlio Bispo; Biblioteca Anísio Teixeira; Fundação Pedro Calmon, representada aqui pela diretora, D. Laura Santiago; Ilsimar Reis, intérprete de Libras da Secretaria da Educação; Nina Veloso, subcoordenadora da Pessoa com Deficiência da Prefeitura Municipal de Salvador.



7812-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. João Bosco Dias Santa Rosa

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Gostaríamos de ouvir as palavras do Sr. João Bosco Dias Santa Rosa, da Associação Baiana de Cegos - ABC.

Enquanto ele chega à tribuna, quero registrar a presença, que nos honra, da nobre deputada Fátima Nunes, ela que é uma das militantes na defesa dessas pessoas.

O Sr. JOÃO BOSCO DIAS SANTA ROSA:- Bom-dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar os deputados Yulo Oiticica, Carlos Brasileiro e os demais componentes da Mesa.

Permitam afastar-me do microfone para que os companheiros que não enxergam tenham noção de onde estou falando. Então, pessoal, estou sem microfone, para vocês saberem a posição em que estou.

Quero parabenizar a iniciativa dos dois deputados. Considero-me militante compulsório, porque sou cego congênito, nasci cego. Há 63 lugares aqui, ouvi antes de as pessoas falarem, pela audiodescrição, mas, na verdade, temos poucos deputados presentes. Acho que havia dupla. Poderíamos estar com mais pessoas ligadas ao movimentos e pessoas com deficiência também presentes. É importante que se diga isso.

O Dia Internacional de Luta foi exatamente 3 de dezembro. Essa luta é constante, porque a deficiência, gente, é minoria. Dentro das deficiências existem as peculiaridades: as deficiências visual, física, auditiva. Cada uma delas tem suas necessidades.

Num momento como este, nesta tribuna em que ora me faço presente, sinto-me orgulhoso, honrado e também com grande responsabilidade sobre os ombros. Não quero nem falar sobre a minha vivência como pessoa cega, área em que militei, trabalhei, porque vamos diluindo isso ao longo do tempo em reportagens em outras oportunidades.

Quero falar das necessidades que temos no nosso cotidiano. E queria fazer uma proposta, deputado, sobre pequenas coisas num momento como este. O ir e vir das pessoas é muito complicado em Salvador pela questão topográfica. Salvador por si só já é complicada.



Temos algumas alternativas para facilitar o ir e vir das pessoas: as calçadas, pistas táteis, orelhões. E nesse trajeto há telefones públicos, camelôs. E quero dizer o seguinte: a barreira atitudinal de todas elas, para mim, é a pior. As pessoas precisam entender e respeitar o direito do deficiente de ir e vir.

Quero propor que, assim como existem propagandas de ações elaboradas pelo próprio governo, por que não fazer também momentos, em nível nacional, para falar um pouco sobre acessibilidade e inclusão? Não adianta chegar a uma tribuna destas e falar para poucas pessoas presentes.

Ao sair da Assembleia ou no centro da cidade, alguém se abaixar para pegar na ponta de minha bengala para poder me orientar. Ao chegar a uma instituição bancária, estou com uma pessoa, dirige-se a pessoa e pergunta como é o nome dele. Ou então fala comigo com voz alta, porque a minha deficiência não é auditiva, é visual. Ele assina? Ou então vem com a almofadinha para botar o dedo com o carimbo para se identificar.

Gente, vamos tentar, cada vez mais, abrir os canais da comunicação com a sociedade civil, porque sempre estamos falando para nós mesmos. Tanto é como Luiza falou, anteriormente, que os companheiros de luta já sabem a história e as dificuldades dela. Os meus companheiros sabem as minhas também, mas a sociedade sabe muito pouco. Por conta disso, as leis existem, estão aí, são muito bem elaboradas. Mas, do ponto de vista prático, pouca coisa tem acontecido. Como tem acontecido pouca coisa, aí se faz uma grande propaganda. É bom! É importante!

Agora tivemos o ponto de acessibilidade do Pelourinho. Parabéns! Sensacional! Fantástico! Que bom! Mas Salvador é enorme. Em Salvador existem Liberdade, Nazaré, Itapuã e as praças públicas. Nesses lugares, se os senhores observarem, há pouca coisa de acessibilidade. Os ônibus não são devidamente preparados. Os motoristas precisam ouvir palestras para não pararem na direção dos postes ou de bueiros.

Então, companheiros, é isto que proponho nesta tribuna: deputados, que V.Ex^{as} vejam de que maneira abrir canal televisivo. Hoje, todo mundo tem uma televisão, até nos celulares, porque só assim educaremos a sociedade. Não adianta falarmos de convenção e sobre as coisas que estão surgindo se não interagirmos com a sociedade. Não adianta



estarmos apenas aqui, devemos estar preocupados, aí falo com os companheiros, não com os causadores e, sim, com a causa.

Feliz Natal! Que sessões como esta existam ene vezes.

Muito obrigado por tudo. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



7813

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Maria das Graças Torres

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, Sr. João Bosco.

Com a palavra a Sr^a Maria das Graças, auditora fiscal, representante da superintendente regional do Trabalho, Isa Simões.

A Sr^a MARIA DAS GRAÇAS TORRES:- Bom-dia a todos e a todas! Saúdo os membros da Mesa Diretiva nas pessoas dos deputados Yulo Oiticica e Carlos Brasileiro; peço licença aos demais membros dessa Mesa para saudar Adriana em nome de todas as mulheres presentes a esta sessão. Quero saudar a minha companheira de trabalho Marinalva Barbosa, que se faz presente e representa a Comissão de Combate à Discriminação no Mercado de Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

Trago para todos o abraço da Dr^a Isa Simões, superintendente, que, infelizmente, por motivo de viagem, não pôde estar presente, mas a Superintendência do Trabalho, como parceira de todas as ações de inclusão, não pode jamais deixar de comparecer a uma sessão tão importante que discute neste Plenário... Deputados presentes, saúdo os demais deputados, que não citei anteriormente, é uma honra estar aqui.

Quero falar um pouco do trabalho da Superintendência do Trabalho. Temos um projeto de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. É um projeto de inclusão. Sabemos que todas as pessoas lutam por uma sociedade justa e solidária. E não há sociedade justa e solidária sem a igualdade de oportunidades. Essa igualdade de oportunidade no mercado de trabalho também é necessária. E muitas dificuldades encontramos para fazer a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, dificuldades diversas. As empresas justificam a negativa pela falta de qualificação, pela questão da acessibilidade no entorno da empresa, mas falta de acessibilidade também existe dentro da empresa.

O pio é o preconceito; a barreira atitudinal, como foi dito aqui, é a pior barreira que podemos enfrentar. Por conta disso, a fiscalização do trabalho vem realizando, além da



fiscalização nas empresas para cobrança das cotas previstas na lei 8.213, art. 93, que obriga empresas com 100 ou mais empregados a contratar pessoas com deficiência no percentual que varia de 2 a 5% do total dos seus cargos, vem realizando também, através da Comissão de Combate à Discriminação, mediações onde são tratados temas com relação ao combate à discriminação com relação a assédio moral e tantas outras barreiras e empecilhos que fazem com que a pessoa com deficiência tenha maior dificuldade para chegar ao mundo do trabalho.

Atualmente, a fiscalização neste ano já conseguiu mais de 1.200 inserções no mercado de trabalho por via direta da ação fiscal. Mais de 100 autos de infração foram lavrados, infelizmente, para aqueles casos em que a empresa se recusa a cumprir o que está estabelecido na legislação.

Além das autuações, também fazemos o encaminhamento de relatórios e cópias dos autos de infração ao Ministério Público do Trabalho para que, na sua esfera de competência, o Ministério Público do Trabalho também atue judicialmente, inclusive, através da Ação Civil Pública.

Queremos também registrar a grande parceria que temos com as instituições de e para pessoas com deficiência, com conselhos estadual e municipal das pessoas com deficiência, com a comissão da Câmara Temática de Promoção da Igualdade da Agenda Bahia do Trabalho decente, que congrega várias instituições e participa da inclusão, buscando difundir a legislação e ampliar os horizontes para que todas as pessoas possam discutir a questão da inclusão.

Não é uma questão limitada ao movimento social e aos órgãos que fiscalizam. É uma questão de toda a sociedade. Por isso, quero parabenizar por este evento e quero aqui me associar à proposta do professor João Bosco no sentido de que possamos implementar campanhas amplas de valorização da pessoa com deficiência, em especial da sua capacidade laborativa, para que as empresas possam assegurar vagas mais qualificadas e que possamos ter, realmente, um mercado de trabalho que abrace toda a diversidade.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)



7814-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Derval Freire Evangelista

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, Sra. Maria das Graças. Agora vamos ouvir o Sr. Derval Freire Evangelista, presidente da federação das APAEs.

O Sr. DERVAL FREIRE EVANGELISTA:- Bom dia a todos e todas. Em nome do nosso deputado Carlos Brasileiro, quero saudar a Mesa e trazer algumas palavras.

Quero fazer minhas as palavras do nosso primeiro ilustre orador, deputado Yulo, e dizer a todos da minha tristeza por encontrar um plenário desse vazio, do jeito que está, para o tipo de comemoração que estamos fazendo.

Nós que conhecemos a luta das pessoas com deficiência sabemos perfeitamente que todos conhecem as dificuldades que eles enfrentam, e nós, dirigentes também das entidades que trabalham em favor dessas pessoas, sentimos ao encontrar esse tipo de colaboração de todos, inclusive das próprias pessoas com deficiência. Esse auditório deveria estar cheio.

Nós precisamos muito de políticas públicas. E essas políticas públicas são elaboradas, são conduzidas pelos nossos deputados que, aqui, não vieram. Muitos não puderam e outros não quiseram estar presentes. Infelizmente, nós devemos pensar e dizer o que sentimos com relação às pessoas com deficiência que dependem, exatamente, dessas políticas públicas.

Eu estava ali, sentado à Mesa, pensando exatamente que estamos comemorando um aniversário, o dia 3 de dezembro, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, e, quando nós vamos a um aniversário, normalmente, vamos para lá levar parabéns para quem está aniversariando e comer bolo. Sabemos como são feitos esses bolos, quais são os ingredientes, mas vamos para lá sentir o sabor desse bolo. Se trouxermos isso para a nossa causa, nós não queremos que o Plenário esteja cheio de políticas públicas em favor das pessoas com deficiência. O que queremos? Saborear. Saber que aquilo que já existe está sendo executado,



porque, se uma boa parte dessas políticas públicas que existem em favor daqueles que precisam dessa ajuda estivessem sendo realizadas, muitos de nós estaríamos rindo pelos cantos, como dizia a minha velha mãe, minha conselheira.

Portanto, é triste irmos a um aniversário e não poder cantar parabéns. Não é verdade? Portanto, o que queremos é, além da criação de novas políticas em favor dessas pessoas com deficiência, é fazer com que as políticas já existentes possam ser elaboradas, trabalhadas em favor dessas pessoas.

Os que me antecederam já falaram sobre acessibilidade e inclusão. Todos nós sabemos o que é acessibilidade, o que é inclusão, mas é preciso que isso exista. Já dizia um célebre pensador Martin Luther King: “Aprendemos com os peixes a nadar, aprendemos com os pássaros a voar, mas ainda não aprendemos a viver como verdadeiros irmãos.” Verdadeiros irmãos são aqueles que olham aquilo que é necessário para que eles sejam iguais a nós ou nós sejamos iguais a eles. Isso é o que nós queremos que aconteça.

Esperamos que o trabalho desses dois deputados, Carlos Brasileiro e Yulo Oiticica, possa florescer, possa dar as flores que precisamos para sentir o aroma e o sabor.

Muito obrigado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, Sr. Derval.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-03

Ses. Esp. 09/12/13

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Ouviremos, agora, mais uma apresentação do artista João Alves, que nos honra com a sua presença. O seu primeiro canto foi muito bonito. Esperamos que o segundo seja ainda melhor, João.

(Apresentação musical)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito bem, muito bonito João!



7815-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Sr^a Patrícia Silva de Jesus

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Convido agora, para fazer uso da palavra, a Sr^a Patrícia Silva de Jesus, representante da Secretaria da Educação.

A Sr^a PATRÍCIA SILVA DE JESUS:- Bom-dia a todos.

Quero parabenizar a organização do evento porque momentos como esse, tenho certeza, acabam fortalecendo a visibilidade que tanta gente tem requerido, tem cobrado. E conhecendo de perto a luta da pessoa com deficiência – metade do que vivi da minha vida até hoje foi dedicada à causa da pessoa com deficiência – devo dizer que grande parte, talvez a parte mais importante de todos os avanços nessa luta se deve ao protagonismo da própria pessoa com deficiência.

Momentos como esse fortalecem a imagem da pessoa com deficiência diante da sociedade, porque, embora haja tanto avanço – e acredito que estamos muito bem servidos de leis e de projetos –, ainda falta ampliar e democratizar o acesso, porque de leis, decretos e projetos, e até de tecnologias, estamos bem servidos.

Nessas horas começamos a pensar no que está faltando então. Porque as coisas emperram? Em que ponto estamos falhando, já que existem tantos projetos maravilhosos que, se fossem realmente executados a vida das pessoas com deficiência e a nossa vida em sociedade estaria muito melhor? Afinal, uma sociedade inclusiva e acessível não é benéfica apenas para quem tem alguma deficiência, não é?

Quero dizer que a Secretaria da Educação, por provocação do COED, tem estabelecido um diálogo bastante interessante com educação inclusiva e com os nossos projetos de acessibilidade.

Reafirmo que me coloco à disposição, pela Coordenação de Educação e como cidadã, para conversas e propostas, a fim de percebermos qual é o caminho mais suave para que essas leis e esses projetos entrem em vigor. Como venho repetindo, eles já têm nos



abastecido tanto e sejam, de fato, implementados e democratizados para a maioria e para todos no futuro muito próximo.

Quero agradecer imensamente o convite em nome da Secretaria da Educação e, ao mesmo tempo, desejar a todos um excelente dia.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, Patrícia.

A Sr^a PATRÍCIA SILVA DE JESUS:- Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



7816-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Livia Andrade

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Agora, quero registrar, com muita honra, as presenças de Iracema Vilaronga do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da Uneb; da Sesur – Secretaria de Serviços Urbanos – empresa que está participando desta solenidade e transmite a sessão audiovisual em libras; de Vanessa Andrade, intérprete de libras, professora de libras da AESOS, Associação Educacional Sons do Silêncios; de Maria Jane Lessa, colaboradora da Fado do município de Amargosa; do professor Milton Bezerra, da Faculdade UniJorge e de Rita Isabel da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia.

Faço questão de registrar a presença de Edna Farias Brasileiro, professora do estado, porque ela trabalha no estado há alguns anos. Porém, há, mais ou menos, 4 ou 5 anos, Edna escolheu esta área, por livre e espontânea vontade, para trabalhar com os cegos.

Com a palavra a Sr^a Livia Andrade que falará pela AESOS, Associação Educacional Sons do Silêncios.

A Sr^a LÍVIA ANDRADE:- Bom-dia a todos e a todas. Bom-dia, Carlos Brasileiro e João. Agradeço aos dois pelo convite para participar desta comemoração do Dia Internacional de Pessoas com Deficiência. Estamos aqui por este motivo.

Meu nome é Livia. Sou surda, sou, também, professora de libras, sou formada pela UFC. Também, trabalho na AESOS, onde ensino aos surdos o desenvolvimento e a educação. Também, participo do Movimento da Cultura Surda aqui na Bahia. E luto pelo movimento surdo.

A cada um de vocês, agradeço por estar aqui presente. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, Livia, pela sua mensagem.

A Sr^a LÍVIA ANDRADE:- Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)



7817-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Kátia Maria Maciel

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Com a palavra a Sr^a Kátia Maria Maciel, representado a Sedes, Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza do Estado da Bahia. Ela é coordenadora da Proteção Social Básica.

A Sr^a KÁTIA MARIA MACIEL:- Bom-dia a todos e a todas.

Quero agradecer o convite do Dr. Carlos Brasileiro e do Dr. Yulo e, ao mesmo tempo, dizer que estou muito feliz por estar aqui presente nesta sessão plenária de hoje. Já conheço Yulo pelo seu trabalho junto às assistentes sociais nessa luta. Conheço também Selma, pelo brilhante trabalho que ela desenvolve lá na Fundac; Dr. Carlos Brasileiro, desde seu trabalho na Sedes. Depois de Dr. Eduardo, foi o nosso chefe, nosso secretário que conseguiu que a nossa Secretaria de Desenvolvimento Social tivesse um gás, porque, além de político, ele conseguiu desenvolver um trabalho técnico e administrativo que impulsionou a Secretaria nessa linha do desenvolvimento social. Isso foi comprovado hoje aqui. Vi hoje aqui, dessa bancada, neste trabalho em relação à deficiência.

Hoje me encontro na Proteção Social Básica cuja coordenadora é Rosemeire Teixeira, que se encontra em Nova Fátima para participar de um programa do Bolsa Família e pediu-me para representá-la. Lá na Proteção Social Básica nós recebemos muitos municípios: prefeitos, coordenadores de CRAS... Essa coordenação de benefícios de prestação continuada, que dá direito aos benefícios sócios-assistenciais, são pouquíssimos município, dos 400 e poucos que temos na Bahia que já estão com as leis regulamentadas – sessenta e poucos. Então, ainda é preciso avançar e muito no Estado da Bahia nessa área.

Estamos vendo hoje aqui pouquíssimos deputados, pouquíssimas pessoas. Isso demonstra então o que está acontecendo no nosso Estado. Faz-se necessário realmente que façamos as campanhas, que nos mobilizemos, aproveitemos este momento de final de ano, do Natal, do Ano Novo, e que internamente façamos a nossa transformação para que possamos ser esse agente de transformação, como o deputado Yulo disse ao abrir a fala dele.



A deficiência pior, com certeza, é a individualidade. Mas tem outra. Eu estava ali do lado do nosso amigo imaginando: também é a visão curta. Enquanto as pessoas que estiverem ao nosso lado, enquanto os governantes, enquanto os nossos agentes estiverem ainda vendo só o universo próprio com a visão curta nada vai mudar. Vai mudar só o universo dele, porque o resto vai ficar ainda sem a transformação. Por isso, temos que fazer mais e mais reuniões, eventos, encontros e realizar essa transformação que a nossa cidade necessita, que o nosso Estado necessita.

Então, parabéns a Carlos Brasileiro, a Yulo e a todos vocês por estarem aqui.

Obrigada e bom-dia. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito obrigado, Kátia.

(Não foi revisto pela oradora.)



7818-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Maria do Carmo Campos

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Queremos registrar também a presença dos representantes do Instituto de Cegos da Bahia e, para fazer uso da palavra, a Sr^a Maria do Carmo Campos, que está no Plenário, e é mãe de um portador de deficiência mental.

A Sr^a MARIA DO CARMO CAMPOS:- Bom-dia. Sei que eu sempre sou *persona non grata* nos movimentos de defesa de pessoas com deficiência, porque sempre venho brigar e defender os interesses dos doentes mentais que sempre são jogados debaixo do tapete, mesmo pelas pessoas com deficiência, que fazem essa discriminação terrível com os doentes mentais. Eles são excluídos, não têm direito a nada, são jogados como um bicho debaixo do tapete. Não há nenhuma política pública voltada para os doentes mentais. Nem o próprio Coede reconhece. Ninguém em Salvador reconhece (Palmas). Eu, como mãe, venho carregando nas costas, brigando, lutando sozinha, e vou sempre defender, porque o meu filho é discriminado todo o tempo e em todos os lugares. Ele participou de uma cota na FIEB para trabalhar numa vaga de aprendiz, e a médica o deixou de lado, porque disse que ele não tem deficiência, ela queria que ele fosse para lá surtado, em crise. Mas meu filho toma medicação e vai normal. Ele tem deficiência mental desde os 16 anos e fica sozinho, isolado, não participa de nada, porque ninguém dá essa oportunidade a ele.

Estou cansada de brigar sozinha! O Coede não defende os interesses dos doentes mentais na Bahia! (Chora) (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Obrigado, Sr^a Maria, de antemão gostaria de dizer que nós, como proponente desta sessão, não nos sentimos em nenhum momento incomodados com o seu depoimento, pelo contrário, isso nos convida a fazer reflexões mais profundas para que possamos demandar ao Executivo, que é quem realmente exerce as políticas públicas, que tem ações mais concretas nessa direção.

(Não foi revisto pela oradora.)



7819-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Adriana Bispo

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Quero chamar agora a Sr^a Adriana Bispo, representando o Conselho Estadual de Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Sr^a ADRIANA BISPO:- Bom-dia a todos e a todas, primeiramente quero agradecer em nome do Coede o convite e parabenizá-los pela iniciativa. Neste momento, gostaria de justificar as ausências do nosso presidente, Dr. Almiro Sena, e do nosso vice-presidente, Evangel Vale, os quais, por motivo de força maior, não puderam se fazer presentes.

Em segundo lugar, quero dizer que para mim é uma honra estar aqui, é uma responsabilidade muito grande, e que, sim, nós temos motivos para celebrar. A caminhada é muito longa, os primeiros passos estão sendo dados agora, e como pessoa com deficiência, como cidadã brasileira, espero que os próximos passos não demorem tantos anos para serem dados.

É a primeira vez que venho a esta Casa, e gostaria de dizer que não poderia perder a oportunidade de solicitar aos Srs. Deputados, apesar de tão poucos, confesso que me sinto um pouco desapontada, vim de tão longe, eu sou de Mairi, mas mesmo assim diante de tão poucos deputados, não posso perder a oportunidade de solicitar aos senhores que medidas sejam tomadas no sentido de que os professores da educação especial possam ser efetivados, para que a educação inclusiva no nosso Estado possa se concretizar, porque só através da educação será possível haver a verdadeira inclusão da pessoa com deficiência. Só através da efetivação dos professores da educação especial, os jovens que estão na rede regular de ensino poderão aprender e se desenvolver, poderão, no futuro, trabalhar e ter condição de garantir com dignidade a sua própria subsistência em condição de igualdade com as demais pessoas.

Obrigada a todos. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)



7820-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or^a Fátima Nunes

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Convido para fazer uso da palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Bom-dia a todos e todas, com a satisfação e a responsabilidade que temos de convidar e sermos convidadas pelos deputados Carlos Brasileiro e Yulo Oiticica para participar desta sessão, em que estamos tratando dos direitos, da cidadania e da dignidade dos homens e mulheres deste País.

Já conheço muitas das pessoas que estão na Mesa, mas dialogo muito mais com a minha amiga Mariene, até por conta da nossa afinidade - ela com um filho, e eu com um neto, um especial e um autista.

Há a frase de uma das campanhas do presidente Lula que diz “Só sabe quem sente”. Acho que é com esse saber e sentimento e também essa capacidade de se indignar, buscar e lutar que temos visto algumas melhoras na atenção às pessoas. Digo isso porque cada um tem a sua história. E tenho uma história de família: na minha infância, convivi com duas tias. Uma ficava isolada dentro de um quarto com umas gradezinhas, e a outra, quando jovem, perdeu a visão e levou anos também num quarto deitada numa cama. Mas hoje posso ver as pessoas andarem na cidade, irem à escola e a nossa jovem aqui transmitindo com sinais para os que não ouvem ou não falam compreenderem as mensagens.

Quero concordar com o nosso representante da APAE e o nosso professor, que deu uma sugestão para a imprensa, porque ainda estamos distantes de alcançar aquela possibilidade, mesmo tendo as leis. Porém sabemos que a lei está no papel e o que faz ela prevalecer é a cidadania, são as pessoas, os órgãos de governo e a sociedade como um todo compreendendo e agindo. São as nossas atitudes, o nosso comportamento que trazem à prática as leis que aprovamos aqui.

Por conta dessa nossa cultura da desigualdade, daquele que era especial, que era deficiente mas deixado de lado, precisamos arrancar de dentro das nossas cabeças e dos



nossos corações essa exclusão e passar a incluir a participação com aquilo que é necessário para o momento.

Observamos nas cidades por aí, meu Deus do céu, quantos degraus, quanta impossibilidade para a acessibilidade! E, quando tratamos daqueles que têm a deficiência mental, é o dobro do dobro.

Então me coloco aqui, deputado Carlos Brasileiro - o deputado Yulo foi pegar uns projetos que há nesta Casa para ver se ainda votamos neste ano -, como uma parceira e com muita compreensão sobre aquilo que precisamos tratar e aquilo que precisamos modificar. Os prefeitos, muitos, ainda não compreenderam. Não é fácil. E todos os dias, nos institutos, nos CRAS, algo que é tão bem-vindo e tão bem pensado, às vezes faltam psicólogos...

Há um menino de 10 anos em Heliópolis que vinha para Salvador com outras pessoas e houve um acidente em que morreram as outras pessoas. Ele sobreviveu, mas está numa cadeira de rodas. Vocês precisam ver as dificuldades que a família está enfrentando para fazer o menino sobreviver. Ele está com 10 anos e a gente quer que chegue aos 200.

Estamos nessa batalha constante, mas tenho a certeza do valor dessa insistência nossa, essa participação e essa responsabilidade a fim de que o mundo seja, realmente, de dignidade, cidadania e justiça.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)



7821-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Alexandre Baroni

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Passo a palavra a Alexandre Baroni, da Superintendência da Pessoa com Deficiência Física, que representa aqui o secretário Almiro Sena, cuja ausência já foi justificada.

O Sr. ALEXANDRE BARONI:- Bom-dia a todos.

Antes de mais nada, quero agradecer pela oportunidade de estar aqui e parabenizar os deputados Carlos Brasileiro e Yulo Oiticica pela iniciativa desta sessão especial, ao tempo em que cumprimento todos que compõem a Mesa, sobretudo aqueles que ainda estão aqui.

Ouvimos aqui posições da sociedade civil e de organizações não governamentais. E eu penso, particularmente, que a quantidade de pessoas nesta Casa hoje não necessariamente significa qualidade. Penso que a qualidade das pessoas que aqui estão representa absolutamente o quanto as pessoas com deficiência, hoje, estão bem representadas na sociedade baiana.

Temos aqui representações de todas as entidades, representações de muitos dos nossos colegas de outras secretarias do Estado, o que significa dizer que estamos, hoje, numa parceria extremamente fundamental, que é sociedade e Estado juntos em busca do mesmo objetivo. Qual objetivo? O objetivo da cidadania, da justiça e dos direitos humanos para as pessoas com deficiência.

Constava na agenda do secretário Almiro Sena para hoje a sua participação efetiva nesta sessão especial, mas, por força de motivo maior, como já disse, ele não pôde estar presente. Mas ele me incumbiu de fazer essa representação e dizer que, no âmbito da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, temos tido, sim, a preocupação de mobilizar, sempre que possível, as pessoas, garantir a participação delas em todas as atividades e, sobretudo, pensar que não é fácil, não é simples estar aqui.

Estamos aqui com várias pessoas em cadeira de rodas. E tivemos na semana passada três grandes eventos. Um deu início à comemoração do Dia Internacional das



Pessoas Com Deficiência, em 3 de dezembro, no Hotel Sol Marina Vitória. Foi bastante significativo, com mais de 200 pessoas discutindo a questão da pessoa com deficiência. Nosso secretário Almiro Sena esteve presente na abertura, deixando uma mensagem de otimismo. O tema era: “Sociedade Inclusiva - utopia ou realidade?” E ele, ao final, dizia: “Não, é realidade.”

Nós temos que acreditar, e conseguimos acreditar que estamos vencendo muitas barreiras. Não são poucas, sabemos que as pessoas com deficiência foram invisibilizadas por muitos anos, não só na Bahia, mas também no mundo. Por um motivo muito simples, porque não queremos, muitas vezes, esse problema para nós. Não queremos, muitas vezes, acreditar, e agora falo como cidadão e como uma pessoa com deficiência, que esses problemas existem, porque é difícil, porque é complexa a solução desses problemas.

Mas eu penso, deputado Carlos Brasileiro, que temos hoje um grande avanço. E se hoje este Plenário não está lotado – fosse melhor ou de maior prazer –, mas está repleto de representações e de pessoas que têm absoluta convicção de que avançamos. Talvez, não avançamos na velocidade que precisamos, e é isso que Bosco e todos os outros colegas trazem. Precisamos mostrar à sociedade a nossa capacidade, a capacidade das pessoas com deficiência e, sobretudo, garantir a essas pessoas justiça, cidadania e direitos humanos.

Nesse sentido, quero mais uma vez afirmar que a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o secretário Almiro Sena e toda a sua equipe, a partir da Superintendência dos Direitos das Pessoas com Deficiência, vêm, em conjunto com os demais colegas e os demais órgãos representativos do Estado nessa área – da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social, sobretudo, mas, também, aqui estavam presentes a Agerba, que já saiu, mas temos ainda trabalhos com as Secretarias da Cultura, de Turismo... Temos o quê? A grande preocupação de tornar e de fazer possível com que as pessoas com deficiência no Estado da Bahia tenham dignidade. Assim, obviamente terão a capacidade da participação.

Quando vemos o interior do Estado representado por esta guerreira que está aqui ao meu lado, Adriana, percebemos o quanto é possível a gente mudar as coisas quando essa força, quando essa união acontece.



Nesse sentido, quero dizer que é um prazer, na verdade, ver uma atividade acontecendo no dia 03 de dezembro, outra no dia 05, outra no dia 06, outra no dia 9. Deputado, brincávamos aqui pela manhã, antes de iniciar, que este dia 03, virou 3 vezes 3. Já estamos no dia 09 e ainda estamos comemorando o dia 03 de dezembro. Isso significa dizer que, claro, nós que fazemos isso tudo, estamos cansados, literalmente, porque tivemos atividades intensas na semana passada, quase todas as pessoas participaram.

Então a gente sabe que numa segunda-feira, depois disso é quase que uma ressaca, mas uma boa ressaca de grandes atividades, que de fato levaram à praça pública, por exemplo, ao Campo Grande, na sexta-feira, talvez mais de 500 ou 600 pessoas, quando tivemos apresentações artísticas, serviços. Lá pudemos ter a certeza, também, de que é um movimento unido, forte e, sobretudo, que traz com ele um desejo de mudança.

Deputado, gostaria de deixar um abraço forte, uma posição muito sólida de que a gente avança, porque esta sessão especial demonstra, por exemplo, a preocupação nesta Casa e dos deputados que propuseram esta sessão de ter aqui um momento acessível.

Temos aqui a intérprete de línguas de sinais, áudio de transcrição, que é uma das coisas que os cegos precisam sempre para participarem efetivamente desses momentos, demonstrando o quanto esta Casa está preocupada com isso.

E na condição de uma pessoa em cadeira de rodas, deputado, queria deixar aqui, já disse nesta Mesa, mas quero reforçar que entre os projetos de lei que estão aqui – confesso que não conheço todos –, que esta Casa também se preocupasse, de alguma forma, de dar acesso à tribuna de honra às pessoas em cadeiras de roda ou com mobilidade reduzida. (Palmas)

Foi falado aqui do Projeto do Pelourinho, que tanto nos orgulhou. Não porque o Pelourinho seja diferente ou mais importante do que outros lugares. Na verdade, o Pelourinho, claro, é um local simbólico, onde muitas coisas acontecem nesta cidade, e sabemos o quanto precisamos avançar e o quanto temos de desafios.

O governador do Estado da Bahia, Jaques Wagner, sensível a isso, foi até à inauguração do Pelourinho e lá disse, as pessoas que estavam lá ouviram isso e eu só vou aqui repetir, que ele estava feliz por entregar aquela obra, por entregar aquele pequeno



espaço de 1.300 metros, para que todos pudessem ter acesso ao patrimônio histórico da humanidade, mas ele disse, ao mesmo tempo, que estava triste, porque ele sabe, e percebia naquele momento, o quanto é tão fácil fazer acessibilidade para todos, tornar os espaços acessíveis, o quanto é tão barato fazer, ele anunciou o valor daquela obra do Pelourinho, não chega a 350 mil reais, e o quanto a gente ainda precisa fazer mais rápido.

E eu acho que os exemplos, no nosso caso, o Executivo, o que temos feito, e aí os exemplos do Legislativo, assim como do Judiciário às vezes tem nos dado esses exemplos, é fundamental, porque os poderes constituídos, como disse Yulo, somos nós que temos a obrigação, somos nós que precisamos puxar todo esse problema e toda essa questão.

Então, eu quero dizer que esse desafio aqui lançado, esse pleito, na verdade, de cidadão, de uma pessoa que aqui vem com muito prazer a esta Casa, de que possamos, da melhor forma possível, termos acesso a esta tribuna, e o prazer e também o direito de estarmos lá, como todos estão, independente, obviamente, de quem esteja aqui, mas acho que isso é fundamental, é fundamental porque é simbólico, é fundamental porque é a garantia da equidade, a garantia da igualdade para todas as pessoas.

Então, eu quero, nessas palavras, dizer que me sinto muito feliz, não pela ausência das pessoas, mas pela presença daqueles que aqui estão. Eu sempre, participando já, há 22 anos, dessa luta, deputado, percebo que nos incomodamos com a ausência das pessoas, e aí quando nos incomoda com a ausência, esquecemos da presença. E eu acho que para aqueles que aqui estão é que devemos o nosso muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



7822-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Álvaro Gomes

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Belas palavras, Baroni.

Convido para fazer uso da palavra o deputado Álvaro Gomes para depois encerrarmos a sessão com a nossa fala.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Carlos Brasileiro, Yulo Oiticica, quero parabenizar por essa iniciativa desta sessão especial. Eu acho que esta Casa ganha muito fazendo esse debate da pessoa com deficiência. Acho que esta Casa precisa abraçar essa causa com mais ênfase, buscando encontrar as soluções para que possamos avançar ainda mais.

Nós temos feito esse esforço aqui na Assembleia Legislativa, eu apresentei 9 projetos sobre o tema, entre os quais podemos citar o projeto de lei nº 17.521/2008, que prevê reservas de vagas a menores portadores de necessidades especiais, nos contratos de órgãos públicos, estaduais e empresas prestadoras de serviços; o projeto nº 15.639/2006, que assegura a portadores de deficiência auditiva o direito de serem atendidos nas repartições públicas por meio da Língua Brasileira de Sinais - a Libras; o projeto 14.840/2005, que prevê o atendimento especial para deficientes visuais em agências bancárias; o projeto nº 13.930/2004, que prevê a obrigatoriedade de redução da tarifa de energia elétrica para consumidores portadores de deficiência, por enfermidades que demandem a utilização de equipamentos que, realmente, consumam energia elétrica.

Acho muito importante o projeto 14.209/2004, pela criação do Cadastro Estadual da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais no Estado da Bahia. É um projeto que tem como objetivo fazer uma avaliação geral para desenvolver políticas públicas, conhecer a realidade concreta, através desse cadastro, estabelecendo a política pública para atender esse segmento tão importante.



O projeto 18.384/2009 prevê a reserva de vagas para pessoas com deficiência na contratação de serviço terceirizado pelo poder público do Estado, assim como reserva de vagas nos estágios de órgão públicos.

O projeto 17.363/2008 prevê a eliminação de barreiras arquitetônicas para portadores de deficiência físico-motora, visual, auditiva, em local de fluxo de pedestres e edifícios de uso público.

O projeto 14.280/2004 prevê obrigatoriedade do uso de braile nos contratos pactuados entre os fornecedores e consumidores portadores de deficiência visual no Estado da Bahia.

O projeto 13.476/2003 prevê obrigatoriedade de portas auxiliares para garantir o acesso a pessoas portadoras de necessidades especiais que também usam prótese metálica, marcapasso e outras dificuldades de locomoção.

Na realidade, são nove iniciativas de projetos de lei. Estou citando só o exemplo de algumas deficiências e de algumas necessidades. É claro que existe uma lacuna muito grande com relação a outras necessidades. Inclusive, alguns desses projetos podem até precisar de certa adequação à realidade atual, porque alguns foram apresentados desde 2003.

Temos a questão da saúde mental, que é outro ponto fundamental e importante que não podemos esquecer sob nenhuma hipótese. Precisamos atentar para todas essas questões, este é o papel da Assembleia Legislativa da Bahia.

Nobre presidente Carlos Brasileiro, quero parabenizar V.Ex^a e o deputado Yulo Oiticica por esta iniciativa.

Quero dizer que nos colocamos à disposição para que possamos tratar dessa questão. Esta sessão especial é muito representativa. Tenho certeza de que os demais deputados também compartilham dessa mesma ideia, da necessidade de um tratamento muito especial para esse segmento.

Portanto, vamos juntar todos os esforços para construirmos uma sociedade cada vez mais justa, mais humana, e solidária.

Um grande abraço a todos vocês! Coloco-me à inteira disposição. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



7823-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. Carlos Brasileiro

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Convido a deputada Fátima Nunes para presidir a sessão enquanto faço uso da palavra.

(A deputada Fátima Nunes assume a presidência dos trabalhos.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Bom-dia a todos. Vou procurar ser breve, embora tenha que cumprimentar a todos que estão na Mesa e no Plenário pela importância das vossas presenças. Quero saudar os assessores de Plenário do deputado Yulo Oiticica, que não se encontra mais entre nós. Por conta da prorrogação desta sessão, ele se dirigiu à Presidência com o deputado Marcelo Nilo para selecionarmos alguns projetos que estão na Casa.

Este é o momento, até o final deste ano, para podermos, por acordo, aprovar alguns projetos que são mais urgentes sem necessariamente ter de passar por algumas comissões, porque isso levaria meses e meses, até anos. Vamos tentar convencer os Líderes da Maioria e da Minoria para que possamos, até o final do ano, aprovar alguns projetos que vão garantir direitos às pessoas com deficiência física.

Quero saudar também o Sr. Alexandre Baroni, superintendente dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Quero estender um abraço para o secretário Almiro e parabenizar a todos da Secretaria pelo trabalho que estão fazendo. Muitas conquistas já foram alcançadas, outras serão.

Saúdo o Sr. Aderbal Ferreira, presidente da Federação das APAEs, já havia tido o prazer de tê-lo entre nós, aqui, quando fizemos uma sessão especial para os portadores da síndrome de Down, a qual foi extremamente concorrida, um tema extremamente importante. Esperamos ter contribuído para abrir novos horizontes nos municípios e no próprio Estado da Bahia.



A Sr^a Maria Luiza Câmera, presidente da Associação Baiana dos Deficientes Físicos – Abadef– já esteve entre nós. Quero registrar os meus cumprimentos, embora ela não esteja mais aqui, mas foi importante ela estar aqui presente, porém tinha outro compromisso.

Sr. João Bosco, presidente da Associação Baiana de Cegos, obrigado pela presença. Parabéns pela fala.

Daqui a pouco, vou ler um texto e aproveito para registrar e, em nome dela, pedir desculpas, porque foi tudo trabalhado com a minha assessoria – quero agradecer a toda equipe do meu gabinete –, para que a Sr^a Ester Alves Henriques estivesse aqui, ela que é vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mas o voo que ela iria pegar de Goiânia para Brasília para fazer a escala para vir para Salvador, foi cancelado e ela ficou impossibilitada de estar aqui presente. Mas seria uma pessoa importante para estar entre nós, iria fazer uma palestra e, infelizmente, não pôde estar.

Quero saudar a Sr^a Mariane Martins Maciel, presidente da Associação de Familiares e Amigos da Gente Autista; a Sr^a Kátia Maria Rocha, representando a Sedes, minha ex-colega. Tive o prazer de conviver com ela, ela coordenando, junto com o Osmar, os CSUs – Centros Sociais Urbanos. Obrigado pelas palavras, pelo reconhecimento. Acho que fizemos ali naquela secretaria, em 14 meses, um trabalho muito forte na direção da organização, de direitos que não eram ainda atendidos, de propostas de lei, de programas, como o Bahia Acolhe, que não existia. Enfim, quero agradecer as suas palavras e acho que temos que participar sempre, onde estivermos, com muita ênfase, com muita dedicação, para que algo novo aconteça, para que direitos ainda não atendidos sejam reconhecidos, sejam garantidos às pessoas.

Sr^a Patrícia Silva de Jesus, coordenadora de Educação Especial da Secretaria da Educação, obrigada por ter vindo, parabéns pelo seu trabalho lá na Educação; Sr^a Maria do Carmo Moraes, presidente da Apae, também já conhecida nossa, parabéns pelo trabalho.

Sr^a Maria das Graças, auditora fiscal do Trabalho, obrigado por ter vindo. Sua fala foi muito importante, porque ainda existe muito preconceito, muita discriminação, muitas barreiras, para que as pessoas com deficiência adentrem o mercado de trabalho.



E aqui há um contraponto quando vejo o João, e aproveito para saudá-lo, um exímio músico, um artista com um vocal extraordinário, conhecedor da música popular brasileira e que toca um dos instrumentos mais queridos que temos na música brasileira. Eu mesmo sou apaixonado pelo violão, só que não aprendi a tocar. Para compensar, de vez em quando, eu arranho cantando uma musicazinha quando me convidam, quando toleram, não é, companheiras?

Quero cumprimentar a Sr^a Márcia Lemos, vice-presidente da Associação Educacional Sons e Silêncio – Aesos; a Sr^a Adriana Bispo da Silva, representando o Conselho Estadual de Direitos; a Livia que também esteve aqui e deixou uma mensagem para nós.

Embora seja um pouco longa, sinto-me no direito e no dever de ler a mensagem da Sr^a Ester, até porque ela retrata um pouco o histórico dessas conquistas e desses desejos nossos, das coisas que ainda não aconteceram e também em respeito ao trabalho que ela fez sua mensagem para nós.

Bem, embora seja um pouco longo, eu me sinto, no direito e no dever, de ler a mensagem da Sr^a Ester, pois ela retrata, um pouco, o histórico das conquistas e de nossos desejos das coisas que ainda não aconteceram. Devo ler o texto em respeito ao trabalho que ela fez.

Queria me permitir, ainda, saudar todos e todas aqui presentes, toda a sociedade civil organizada, pais e mães. Faço uma saudação especial na pessoa da Sr^a Maria do Carmo. Repito que é bom existirem pessoas como a senhora com a disponibilidade, a coragem e a oportunidade que esta Casa deu para fazer seu pronunciamento, sua contestação, porque é assim que vamos crescendo e é assim que vamos conquistando novos horizontes. Acho que este histórico, que vai passar aqui, passa justamente o que a senhora sente.

São coisas que existem e muitas delas ainda só no papel. Mas é imprescindível a participação da sociedade, do Legislativo, dos pais que têm filhos com deficiência e de outros que sofrem por causa da deficiência, seus entes mais queridos. São esses que têm de estar participando efetivamente e sem nenhum receio.



E eu, como cidadão baiano, defensor da democracia, diria à senhora que, no dia em que chegar a um ambiente em que for tolhida de falar, fale de onde estiver mesmo. Se não abrirem o microfone, levante o dedo e comece a falar, porque, assim, construiremos uma sociedade livre, solidária e democrática. Se alguém não tiver a sensibilidade de garantir o seu direito de falar, a senhora, como cidadã livre, tem o dever de se pronunciar.

Quero saudar o representante do PSC e demais presentes.

Senhoras e senhores, abro aspas para proceder à leitura do texto da Sr^a Ester.

(Lê) “O Brasil tem, nos últimos anos, avançado na promoção dos direitos das pessoas com deficiência por meio de políticas públicas que buscam valorizar a pessoa como cidadã respeitando as suas características e especificidades. Avanços esses foram provocados por pessoas com deficiência, por seus familiares e pela sociedade civil organizada. Segundo os dados do Censo do IBGE, 2010, há, no Brasil – e isso nos assusta –, cerca de 45 a 46 milhões de pessoas com deficiência. Isso corresponde a cerca de 23,92% da população brasileira...”

Então, este não é um número que se possa tratar com descaso ou coisa do gênero. Nós estamos falando, aproximadamente, de 24% da população brasileira que tem algum tipo de deficiência. Por isso temos de brigar no sentido de que as políticas públicas, que estão sendo implantadas, cheguem, de fato, à ponta, ou seja, cheguem, de fato, aos beneficiários. E, também, há de se trabalhar para criar novas políticas públicas para melhorar as que já existem.

“(...) A partir de 1960, houve uma politização do tema deficiência, capitaneada por ativistas e por organizações de pessoas com deficiência ao redor do mundo. Isso resultou em maior visibilidade para a importância da questão para os eventos políticos da sociedade em geral.

Com a Constituição Federal de 1988, então, o assunto foi definitivo e inserido no marco legal de forma abrangente e transversal. O segmento das pessoas com deficiência ganhou visibilidade, pela primeira vez, no governo federal, em 1989, com a criação da antiga Corde – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Mas esta só foi implantada em 1993. Ao longo dos anos, o gerenciamento da política para pessoas



com deficiência sofreu mudanças. Em 2003, a política foi vinculada diretamente à Presidência da República...”

Então, assim, ganhou mais força e mais importância. Isso aconteceu já com a chegada de nosso querido maior presidente de todos os tempos, em nossa avaliação, o presidente Luiz Ignácio Lula da Silva.

'(...) Tal criação foi incorporada e vinculada, diretamente, à pasta de Direitos Humanos da Presidência da República. Isso aconteceu, também, em vários estados e em vários municípios. Em 2009, a Corde – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – foi levada à condição de subsecretaria nacional para alcançar o *status* de secretaria em 2010. Hoje, há estados e municípios que têm, em sua estrutura, uma Secretaria de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. São os estados de São Paulo, Piauí e Amazonas. Alguns municípios, também, já têm...”

Então, aqui, novamente, abro um parêntese para falar através de Baroni e do secretário. O nosso estado, por ser governado por um democrata autêntico, busca, sempre, atender a esses direitos, especialmente para os baianos, principalmente aqueles que mais precisam. Devemos provocar o estudo, Baroni, e promover, junto ao governador do estado, a criação de uma secretaria para cuidar deste assunto tão importante.

Repito, são, aproximadamente, 24% de pessoas com deficiência no Brasil. E, como dito anteriormente, temos mais de 700 mil na Bahia. Então, já caberia um olhar mais aguçado para esta questão.

Procedo, ainda, à leitura do texto da Sr^a Ester.

(Lê) “Mais avanços: em 1994, a Lei nº 8.899 institui o passe livre para pessoas com deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, esta regulamentada pelo decreto nº 3.691/2000. Em 1995, a Lei nº 8.989, estabeleceu a isenção do imposto sobre produtos industrializados- IPV na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como para pessoas com deficiência física, Lei esta alterada em 2003.

Em 1999, a Lei nº 7853/1989 foi regulamentada pelo Decreto nº 3.298, que também estabeleceu o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o



CONADE, como órgão superior de deliberação coletiva com a atribuição principal de garantir a implementação da política nacional para as pessoas com deficiência.

Em 2000 com as Leis nº 10.048 e nº 10.098 têm avanços em relação à implantação da acessibilidade para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A primeira aborda o atendimento prioritário e a acessibilidade nos meios de transporte, e estabelece penalidades em caso de descumprimento. A outra subdividiu o assunto acessibilidade em meio físico, aos meios de transporte, na comunicação e informação e em ajudas técnicas.”

Estou relatando tudo isso porque inclusive depoimentos foram ditos aqui nessa direção, de que as leis existem, de que os instrumentos foram criados e foram regulamentados. Você vê que existe um hiato entre a criação e a regulamentação, justamente mostrando que foi preciso pressão da sociedade civil organizada, pressão das pessoas que têm na sua família um caso ou outro de deficiência e os próprios pais e mães estiveram pressionando as autoridades para que fôssemos avançando. Há outras ações aqui.

(Lê) “Em 2002 foi editada a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e em 2005 foi estabelecida a Lei nº 11.126, que dispõe sobre o direito das pessoas com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambiente de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

Em 2010 foi regulamentada a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais-Libras pela Lei nº 12.319.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU, foi aprovada em julho de 2008 pelo Decreto Legislativo nº186, e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, com equivalência de emenda constitucional.

Com a Convenção, iniciam-se as mudanças pela terminologia a partir de sua definição. Pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.



Com isto, dizemos que pessoas com deficiência são, antes de mais nada, pessoas. Vamos procurar mudar hábitos e deixar de usar termos como pessoa portadora, pessoa com necessidades especiais e usar pessoa com deficiência.

Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana.

Outro avanço que a Convenção trouxe foi a alteração do modelo médico para o modelo social de classificação da deficiência, o qual esclarece que o fator limitador é o meio em que a pessoa está inserida e não a deficiência em si, remetendo-nos à Classificação Internacional de Funcionalidades. (CIF)

Governo Federal com a implantação do Plano Nacional para pessoas com deficiência - Viver sem Limites - no final de 2011 dá um passo importante reunindo ações apontadas pelas pessoas com deficiência, seus familiares e pela sociedade civil organizada. Em seguida vários estados também elaboraram o Plano Estadual reafirmando a importância da temática.

Através de bolsas formação para pessoas com deficiência o PRONATEC está oferecendo cursos técnicos e de formação inicial e continuada.

Residências inclusivas, centros, rede de cuidados à pessoa com deficiência, escola acessível, salas de recursos multifuncionais, transporte escolar acessível entre outras é um legado que o plano nacional deixa às pessoas com deficiência.

Finalizo minhas palavras com uma citação de mestre...”

(Lê) “Finalizo minhas palavras com uma citação do mestre Jonhann Heinrich Pestalozzi que nos tem inspirado diariamente: *'A vida educa. Mas a vida que educa não é uma questão de palavras e, sim, de ação. É atividade.'*

Um abraço a todos e muito obrigada!”

Este é o texto da Sr^a Ester, que, infelizmente, não pôde estar aqui para fazer a sua palestra.



Quero encerrar a minha fala, falando por nós mesmos, sobre um pouco da minha experiência como prefeito. Percebemos que quando os gestores têm sensibilidade e observam as sociedades pelas quais estão sendo responsáveis para conduzir durante seus mandatos é possível realizar, sim. Como disse Alexandre Baroni sobre essa ação que o governador Jaques Wagner fez no Pelourinho, que, embora pequena, é extremamente simbólica, é possível se fazer outras na cidade, como foi citado aqui: na Liberdade, em São Caetano, em Cajazeiras, no Subúrbio Ferroviário, enfim, em toda a capital do Estado, e estender isso para os municípios.

Como prefeito, preocupamo-nos muito com isso. Tanto que ganhamos de seis a oito títulos, e outros prêmios em âmbito nacional e até internacional, inclusive partilhados com a nossa secretária que aqui está, Vera, que trabalha conosco, hoje. E pudemos fazer algo nessa direção, na implantação de CAP, do Braille dentro das escolas municipais – Senhor do Bonfim é uma das poucas cidades do interior da Bahia em que foi implantado o Sistema Braille há 8, 10 anos, e isso nos orgulhou muito na época –, como também fizemos mais de 700 intervenções nas calçadas da cidade, especialmente para atender aos deficientes pela mobilidade urbana.

Acho que é possível ser feito.

Aproveitando este momento em que está muito evidente na imprensa brasileira o problema das calçadas, é preciso que nós, como legisladores – convido a companheira Fátima Nunes e outros que estiveram aqui: Neusa Cadore, Yulo Oiticica e Álvaro Gomes –, façamos essa discussão na Casa para que se mude a ordem da responsabilidade.

Também não concordo com o que a lei diz, que a responsabilidade de manter a calçada pública em ordem de funcionalidade e de acessibilidade é única e exclusivamente do proprietário do imóvel.

Acho que se a calçada é pública e as pessoas vivem passando por elas, que é o espaço onde ela é autorizada a se movimentar, a responsabilidade não pode ser só do setor privado, do dono do prédio, do dono da casa. Acho que temos que fazer uma revisão nesse sentido. Chamo atenção para essa matéria que está sendo muito evidenciada nos últimos dias pela *TV Globo*. Precisamos discutir isso.



Em Senhor do Bonfim, mesmo a lei dizendo que era do privado, fiz parcerias e convidei muitos, e fui duro com outros, dizendo que eles tinham que consertar a calçada. Mas fizemos o conserto em muitas outras calçadas pelo serviço público, por entender que as pessoas não podiam esperar a boa vontade do proprietário.

Então, comungando com alguns e contrariando outros, quero dizer que, para mim, o mais importante nesta sessão não foi o número de pessoas, mas o fato de vocês estarem aqui.

Temos que fazer o nosso papel, cada um, sem olhar ou cobrar daqueles que não puderam fazer ou não quiseram fazer. Vocês estão de parabéns por estarem aqui, todas as entidades, toda a sociedade civil organizada. Queremos agradecer a todos.

Tenho certeza de que, embora este Plenário não esteja cheio, o que foi discutido aqui será levado com muita responsabilidade e seriedade por nós, deputados, como também faremos a divulgação em todos os meios possíveis e imagináveis para que a sociedade lá fora, e a própria imprensa, que também se faz ausente neste momento, divulgue esse trabalho que acabamos de fazer.

Encerro dizendo o seguinte: cada ser em si compõe a sua história. Cada ser em si carrega o dom de ser capaz de ser feliz.

Parabéns a todos, fiquem com Deus e um Feliz Natal! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



7824-III

Ses. Esp. 09/12/13

Or. João Alves

Dia Internacional das Pessoas com Deficiências.

O Sr. JOÃO ALVES:- Antes de começar a cantar, que foi a minha função designada, gostaria de sugerir aos Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e representantes de instituições pensarmos sobre a lei que garante a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Ela diz que em concurso público a pessoa com deficiência tem de 5 a 20 por cento das vagas. Mas não discrimina um percentual para cada grupo com deficiência.

Sabemos que cada pessoa com deficiência tem necessidade e dificuldade diferentes uma da outra. Quando se trata de emprego em empresas privadas, elas preferem empregar as pessoas que têm deficiência leve. Por exemplo, há uma pessoa deficiente visual, uma cadeirante e uma que tem deficiência leve na mão. A empresa empregará a que tem deficiência leve na mão. Então a lei precisa discriminar isso, dizer quantas vagas há e dar um percentual para cada um dos grupos. Caso contrário, gera uma concorrência desleal nessa situação.

Muito obrigado.

Vamos cantar! (Palmas!)

(Apresentação musical.) (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-04

Ses. Esp. 09/12/13

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Brasileiro):- Muito obrigado, João, por mais essa participação.

Antes de encerrar, quero que a *TV Assembleia* registre a foto desse ônibus. Aqui é um dos exemplos que os municípios e os estados devem seguir. É necessário pressionar as empresas que exploram o serviço de transporte coletivo a se adequarem para que os deficientes tenham, realmente, acessibilidade digna.

Quero agradecer, mais uma vez, a todos pelas presenças e participações efetivas. Agradeço também a todas as entidades aqui representadas. Cumprimos mais essa etapa do nosso mandato. Esta sessão, em especial para nós, será divulgada com maior ênfase pelos outros meios de comunicação, além da própria *TV Assembleia*, assistida por várias pessoas, neste momento, no Estado da Bahia.

Feliz retorno. Que Deus abençoe a todos, um Natal cheio de paz e que a família continue a ser a base intransponível de uma sociedade mais justa e solidária.

Muito obrigado. (Palmas.)